

Mozarildo (E) diz na homenagem que verdadeiro maçom serve à Humanidade

Ações sociais não dissiparam mitos sobre Maçonaria, afirma Mozarildo

Em sessão especial para celebrar o Dia do Maçom, realizada ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti, que sugeriu a homenagem, disse que a sociedade ainda alimenta mitos e dúvidas sobre a ordem. 2

Vetos do governo à Lei do Orçamento recebem críticas

Retirada da política de valorização de aposentadorias acima do mínimo e falta de tempo para analisar todas as mudanças foram lembrados ontem por senadores

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013, aprovada em julho pelo Congresso, não foram bem recebidos por senadores. Paulo Paim lamentou que a presidente Dilma tenha sancionado a lei depois de retirar a proposta para uma política de

valorização de aposentadorias e pensões que estão acima do salário mínimo. José Sarney admitiu que o calendário eleitoral deixa o Congresso sem tempo para analisar todas as mudanças. Sancionada no fim de semana, a LDO prevê crescimento de 5,5% e inflação de 4,5% em 2013. **3**



Morte de Quintino Bocaiúva, há cem anos, é lembrada por José Sarney

Jornalista e político, Bocaiúva é conhecido por sua atuação no processo da Proclamação da República. **3**

Cristovam e Anibal Diniz comentam dados do Ideb 3

Senadores falam sobre pacote de logística 3

Rollemberg relata protesto de índios contra Belo Monte 3



Sarney (D) afirma que a Constituição de Cádis influenciou outros documentos em Portugal, América espanhola e Brasil

Senado celebra 200 anos da Constituição de Cádis

A Carta espanhola de 1812 inspirou movimentos de emancipação de países latino-americanos graças a suas ideias de caráter liberal, como a liberdade de imprensa e a noção de *habeas corpus*. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney,

ontem, na abertura do seminário que celebrou os 200 anos do documento, em parceria com a Secretaria-Geral Ibero-Americana.

Participaram o ministro interino das Relações Exteriores, Ruy Nogueira, e embaixadores de Espanha, Uruguai e Guatemala. 2



Angelo Marcondes, Doris Peixoto, Haroldo Feitosa Tajra e Ricardo Ramos na abertura do 5º Encontro Nacional do Gitec

Interlegis: eventos sobre tecnologia da informação

Três eventos sobre tecnologia da informação voltados às Casas legislativas de todo o país estão sendo promovidos pelo Interlegis. De ontem até amanhã ocorre o 5º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia. De amanhã a sexta, o Plone Symposium South America e, no fim de semana, um *sprint* sobre *software* livre. **2**

especial Cidadania

Consumidor lesado deve saber onde pedir socorro

O consumidor que se sente lesado ao adquirir produtos ou serviços tem um extenso leque de instâncias às quais recorrer: do Procon ao Ministério Público, das agências reguladoras à polícia. O Especial Cidadania mostra qual delas procurar em cada

situação, segundo recomendações de especialistas.

Também trata de projetos de lei em tramitação no Congresso com o objetivo de adequar o Código de Defesa do Consumidor a novas realidades, como as compras pela internet. 4 Senado celebra, com seminário, os 200 anos do documento espanhol que inovou ao separar os Poderes e garantir a liberdade individual, influenciando a emancipação dos países latino-americanos

Sarney: Cádis inspirou Constituição brasileira

A INFLUÊNCIA DA Constituição de Cádis nos movimentos de emancipação dos países latino-americanos nas primeiras décadas do século 19 foi destacada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, na abertura do seminário organizado pela Casa em parceria com a Secretaria-Geral Ibero-Americana para celebrar os 200 anos do documento.

A Carta espanhola de 1812 é o primeiro documento constitucional em sentido moderno na Península Ibérica e um dos primeiros do mundo. É fruto da reação da população espanhola à ocupação do país pelas tropas de Napoleão.

Apesar de ter vigorado por apenas dois anos, disse Sarney, o texto exerceu profunda influência no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e latino-americano. Sarney destacou, entre as inovações apresentadas pelo documento, o princípio da separação dos Poderes, a formação

de uma representação popular e a garantia à liberdade individual. No Brasil, Cádis chegou a vigorar como Constituição por 24 horas, quando dom João VI ainda decidia se voltaria ou não a Portugal, após a queda de Napoleão.

Segundo Sarney, outras ideias de caráter liberal como a liberdade de imprensa, os predicados da magistratura e a noção de habeas corpus foram também amplamente discutidos durante a Constituinte de 1823, no Brasil, à luz do documento de Cádis. A Carta brasileira de 1824 vigorou por 67 anos — a mais longa Constituição do país.

Espírito liberal

O jurista e escritor espanhol Benigno Pendás explicou que Cádis, uma península no sul da Espanha, era na época uma das poucas partes do território espanhol livre da ocupação francesa, graças à sua geografia com privilegiada saída

para o mar. Tornou-se centro do comércio com as Américas, sendo uma região onde predominavam comerciantes, com espírito liberal.

O professor Carlos Mathias de Souza, vice-reitor acadêmico da Unilegis, apontou no texto espanhol os primórdios da divisão de Poderes, traço fundamental das democracias constitucionais. Já Enrique Iglesias, secretário-geral da Secretaria-Geral Ibero-Americana, destacou o pioneirismo de Cádis ao propor um Estado transnacional, formado por metrópole e colônias.

Também participaram do seminário o ministro interino das Relações Exteriores, Ruy Nogueira, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, e os embaixadores da Espanha, Manuel de la Cámara Hermoso, do Uruguai, Carlos Amorín, e da Guatemala, Julio Martini.



Benigno Pendás, Enrique Iglesias, Ruy Nogueira, Carlos Mathias de Souza, Moscardo e Sarney (D) durante seminário

Interlegis promove eventos sobre tecnologia

Teve início ontem o 5º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), com o objetivo de promover a atualização tecnológica dos participantes. O tema deste ano é "A Lei de Acesso à Informação e o papel da tecnologia da informação (TI) nas Casas legislativas".

Na abertura, a diretora-geral

do Senado, Doris Peixoto, ressaltou a importância da realização de eventos que abordem a TI. O diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Tajra, informou que será criada uma rede social para o Interlegis.

O encontro vai até amanhã, quando começa o Plone Symposium South America.

Nos dias 25 e 26 está prevista a realização de um sprint esforço conjunto de desenvolvedores. O sprint tem por objetivo ajudar, na prática, a melhorar as aplicações e contribuir com a comunidade de software livre.

Todos os eventos ocorrerão no auditório do Interlegis, com participação livre e gratuita.

Em homenagem, Mozarildo diz que mitos cercam a Maçonaria

Autor de requerimento para a realização de sessão especial sobre o Dia do Maçom, comemorado ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que "as inúmeras ações sociais desenvolvidas pela Maçonaria não dissiparam a curiosidade ou dúvida sobre as atividades dos maçons".

Na homenagem em Plenário, o senador disse que "mitos cercam a ordem". Um deles, segundo Mozarildo, é de que os maçons se reúnem a portas fechadas para cultos satânicos. Ele disse que se trata de uma mentira, formada devido a erros de interpretação dos símbolos maçônicos "como o caixão, que representa o ciclo do homem: veio do pó e ao pó voltará". Outro mito, disse o senador, é de que a Maçonaria é uma associação de autoajuda, "em que as pessoas entram para ter cobertura de tudo, em todos os setores". De acordo com ele, "o verdadeiro maçom entra para a ordem a fim de servir à Humanidade".

- E a história mundial está cheia de exemplos, da Revolução Francesa às independências dos Estados Unidos e do Brasil — disse.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a Maçonaria moderna tem como missão empalmar a bandeira da ética e da moralização. Tomás Correia (PMDB-RO) disse que a Maçonaria tem 4.700 lojas distribuídas por todo o país e reúne cerca de 150 mil adeptos regulares, "entre os quais se destacam importantes líderes e personalidades de distintos segmentos de nossa sociedade".

Participaram da sessão especial, entre outros, o grão--mestre do Grande Oriente do Brasil, Marcos José da Silva, e o presidente da Confederação Maçônica do Brasil, José Simioni.

A agenda completa, incluindo o número de 🗖 😹 🔳 cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaSenado



PLENÁRIO: Pronunciamentos de senadores

14h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de

SEMINÁRIO: Desafios da economia

9h A Comissão de Assuntos Econômicos promove o seminário Os Desafios para a Economia Brasileira, que vai debater o posicionamento formal do PDT na agenda nacional relacionado aos temas socioeconômicos discutidos no evento

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos de procuradores

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ouve os depoimentos dos procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira.

CPI DA MULHER: Apreciação de requerimentos

14h Reunião da comissão parlamentar que investiga a violência contra a mulher para apreciação de requerimentos.

CÓDIGO PENAL: Audiência com OAB

14h30 A comissão especial interna que examina o projeto de reforma do Código Penal faz audiência pública. Participam o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, e a conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público Taís Schilling Ferraz.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das 🗖 🔭 🔳 sessões no **Plenário**: http://bit.ly/plenarioOnline



Confira a íntegra das 🔳 😹 🗖 sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline



TV SENADO-

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1ª vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena 2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Noqueira Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sarney registra centenário da morte de Quintino Bocaiúva

José Sarney (PMDB-AP) registrou a passagem dos cem anos da morte de Quintino Bocaiúva, ocorrida em 11 de junho de 1912. Jornalista e político nascido em 1836, Quintino Bocaiúva ficou conhecido por sua atuação no processo da Proclamação da República.

— Foi ele o doutrinador, que tomou parte em todos os momentos mais difíceis nas campanhas que foram feitas em favor da República.

O senador fez um relato da vida do político, nascido em 1836. Na juventude, Quintino Bocaiúva foi escritor. Estudou Direito, publicou uma coletânea de livros de autores brasileiros, dedicou-se à poesia e ao teatro e fez traduções. Foi agente de imigração nos Estados Unidos, defensor da

Tríplice Aliança e apoiador da Guerra do Paraguai. Fundou o jornal *A República* e foi defensor do abolicionismo.

Quintino apoiou Deodoro da Fonseca (1827–1892) contra a monarquia. Como chefe do Partido Republicano, redigiu, junto com Ruy Barbosa, Benjamin Constant e Francisco Glicério, os primeiros atos do chefe do governo provisório. Acabou escolhido ministro das Relações Exteriores. Eleito várias vezes para o Senado, chegou a ser presidente do estado do Rio de Janeiro.

— Quintino Bocaiúva manteve-se numa fidelidade aos seus princípios até a morte. Morre pobre, mas rico das ideias e da biografia que deixou como exemplo para todos nós — disse Sarney.

Viana elogia programa de investimentos em logística e transporte



O lançamento do programa de concessões do governo federal para ampliar os

investimentos em rodovias e ferrovias por todo o país foi elogiado por Jorge Viana (PT-AC). O Programa de Investimentos em Logística foi anunciado na semana passada.

Segundo o senador, a iniciativa prevê a aplicação de R\$ 133 bilhões, nos próximos 20 anos, em rodovias e ferrovias. Viana disse que esses investimentos vão proporcionar a criação de milhões de empregos em empreendimentos por todo o país. Ele salientou que tratase de "um complemento" ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

 O próximo passo será a alavancagem de investimentos também em portos e aeroportos — acrescentou.

Concessões do governo mostram que o PAC fracassou, diz Alvaro



Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, com o programa de concessões de estradas e ferrovias

lançado na semana passada, o governo admite que o Programa de Aceleração do Crescimento fracassou.

Segundo o senador, o PAC é uma fraude e apenas reúne programas já existentes e obras antigas.

Alvaro lembrou que o PT sempre criticou as privatizações, "demonizando" a medida e acusando o PSDB de ser pouco patriota nas eleições de 2006 e 2010.

— A mídia repercute, mas isso é muito pouco ou quase nada diante do que o país precisa — afirmou o senador, que considera o pacote pouco ousado. Alvaro criticou a indicação de Bernardo Figueiredo para presidir a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Tomás cobra convênio para anel viário em Ji-Paraná

Tomás Correia (PMDB-RO) apelou ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para que agilize a assinatura

de convênio com Rondônia autorizando o início da construção do anel viário no município de Ji-Paraná. O senador afirmou que o governo do estado já se comprometeu

a investir R\$ 11 milhões na obra, que vai retirar de dentro da cidade o transporte pesado que trafega na BR-364 e que tem provocado inúmeros acidentes na área urbana do município. É preciso agora, ressaltou Tomás Correia, a

contrapartida do governo federal para a obra sair do papel.

O senador reforçou também a necessidade de reconstruir a BR-364, que liga Rondônia

ao Sudeste do país, e tem registrado número recorde de acidentes fatais em decorrência de sua precariedade.



Senadores e deputados, no Plenário da Câmara, durante sessão do Congresso em 17 de julho, quando se votou a LDO

Vetos do governo à LDO desagradam senadores

Paim lamentou que o governo tenha vetado a definição de uma política de valorização das aposentadorias acima de um salário mínimo, enquanto Sarney lembrou que falta tempo para analisar todas as mudanças

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) considerou lamentável o veto determinado pela presidente Dilma Rousseff à valorização de benefícios previdenciários prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, aprovada pelo Congresso em 17 de julho. Já o presidente do Senado, José Sarney, disse que ainda não examinou os vetos detalhadamente, mas afirmou que "o desejo é de que realmente aquelas partes importantes que o Congresso votou sejam mantidas".

A publicação da LDO foi feita pela Presidência da República em edição extra do *Diário Oficial da União*, no fim de semana, com 25 justificativas para itens vetados, que incluem artigos, parágrafos e incisos.

O artigo que propunha uma política de valorização dos benefícios da Previdência acima de um salário mínimo, a ser definida pelo governo com centrais sindicais e entidades representantes de aposentados e pensionistas, foi vetado, segundo o governo, por não ser objetivo da LDO "a discussão sobre a política de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social".

"Se os aposentados pudessem fazer greve, assim como outras categorias estão fazendo em todo o país, certamente o tratamento seria outro", escreveu Paim no Twitter.

Por sua vez, Sarney admitiu que, apesar da intenção de examinar as alterações, falta tempo ao Congresso para a análise em função do calendário eleitoral. Questionado se "mais uma vez o Executivo passaria por cima do Legislativo", ele respondeu:

 É o sistema estabelecido pela Constituição que eu muitas vezes tive a oportunidade de fazer certa censura; de [dizer] que a Constituição precisaria de algumas reformas, que, de certo modo, ela tornava o país ingovernável — disse.

Outro item vetado pela presidente Dilma determinava a publicação dos salários dos funcionários das empresas públicas e sociedades de economia mista. A presidente ainda vetou o Anexo de Metas e Prioridades, que havia sido aprovado pelo Congresso com base em 920 emendas de parlamentares ao custo de R\$ 10,6 bilhões. No entanto, o valor do salário mínimo a partir de 2013 foi mantido em R\$ 667,75 — 7,35% a mais que os atuais R\$ 622.

A LDO sancionada por Dilma, que deve ser encaminhada ao Congresso até o dia 31 de agosto, estima crescimento da economia de 5,5% e inflação de 4,5% para 2013.

Cristovam defende criação de novo sistema educacional



Cristovam Buarque (PDT-DF) condenou ontem a situação da educação e defendeu ações como a criação de nova carreira no magistério, a adoção do horário integral nas escolas e a federalização da educação de base.

— A nova educação só virá de um salto, e esse salto só virá se criarmos um sistema educacional novo. O mundo é novo, a educação exige algo novo — afirmou.

O senador lamentou os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados na semana passada: 17 estados obtiveram conceito pouco melhor (de 3,6 para 3,7), enquanto os demais pioraram.

Anibal comemora posição do Acre em índice de educação



A quinta colocação obtida pelo Acre no Índice de Desempenho da Educação Básica (Ideb) de 2011, divulgado pelo Ministério da Educação na semana passada, foi comemorada por Anibal Diniz (PT-AC).

De acordo com o senador, os resultados positivos obtidos pela educação pública do estado se devem a investimentos realizados pelo governo acriano nos últimos 13 anos, iniciados no primeiro mandato do atual senador Jorge Viana (PT-AC), em 1999. Ele lembrou que o Acre já chegou a ocupar o 27º lugar no Ideb.

— A atual 5^a colocação no Ideb é motivo de grande orgulho — disse.

Rollemberg pede mais diálogo com índios

Na cerimônia anual do Kuarup, realizada neste fim de semana na aldeia Yawalapiti, no Parque Nacional do Xingu (MT), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) viu indígenas protestarem contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e outras ações consideradas lesivas a 16 povos.

O cacique Aritana leu um documento mostrando preocupação com algumas propostas em tramitação no Congresso e medidas adotadas pela

Presidência da República — disse ontem o senador.



Os índios criticam propostas para regulamentar a mineração em terras indígenas e a Portaria 303/12 da Advocacia-Geral da União, que permite intervenções

e grandes obras em territórios indígenas sem consulta prévia.

Alô Senado 0800 61-2211 www.senado.gov.br/jornal



Consumidor lesado: como reclamar

São muitas as instâncias às quais os consumidores podem recorrer; o **Jornal do Senado** elaborou um "mapa" para que não se percam

Ricardo Westin

A LUZ DE casa foi cortada sem razão? As ligações do celular caem o tempo todo? A TV nova pifou? A loja virtual não entregou o produto? O plano de saúde não autorizou a cirurgia? O banco cobra taxas abusivas?

O consumidor tem um extenso leque de instâncias às quais pedir socorro: do Procon ao Ministério Público, das agências reguladoras à polícia.

Qual delas buscar? O **Jornal do Senado** ouviu especialistas e traçou o caminho recomendado (*veja quadro ao lado*).

Se o brasileiro hoje tem tanta proteção, os créditos devem ser dados ao Código de Defesa do Consumidor, que em 1990 listou direitos dos consumidores, deveres das empresas e penas pelo descumprimento.

 Até então, a Justiça era pouco acionada. Havia algumas leis, esparsas. As pessoas não tinham a consciência de que precisavam ser respeitadas — diz Maria Inês Dolci, coordenadora do ProTeste.

Projetos de lei

O Senado analisa três projetos de lei que adaptam o código ao Brasil de hoje. O PLS 281/12 trata das compras pela internet. O PLS 282/12, das ações judiciais coletivas. E o PLS 283/12, do superendividamento dos consumidores. Uma comissão de juristas criada pelo próprio Senado elaborou as propostas.

— A sociedade precisa ficar de olho no Congresso e não deixar que os projetos sejam esvaziados por pressão das empresas — afirma Maria Elisa Novais, gerente jurídica da entidade pró-consumidor Idec.

Em maio, o governo criou a Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, para cuidar só do setor.

— O consumidor às vezes não reclama, acha que não vale a pena. Meu recado: não fique com o prejuízo. Em muitos casos, é sob pressão que a empresa melhora — diz Juliana Pereira, titular da nova secretaria.

Saiba mais

Onde reclamar, por estado:

http://bit.ly/ondeReclamar

Código de Defesa do Consumidor: http://bit.ly/lei8078

Entidades civis

proteção dos consumidores.

Entidades privadas como o Idec e a ProTeste atuam na defesa dos consumidores.

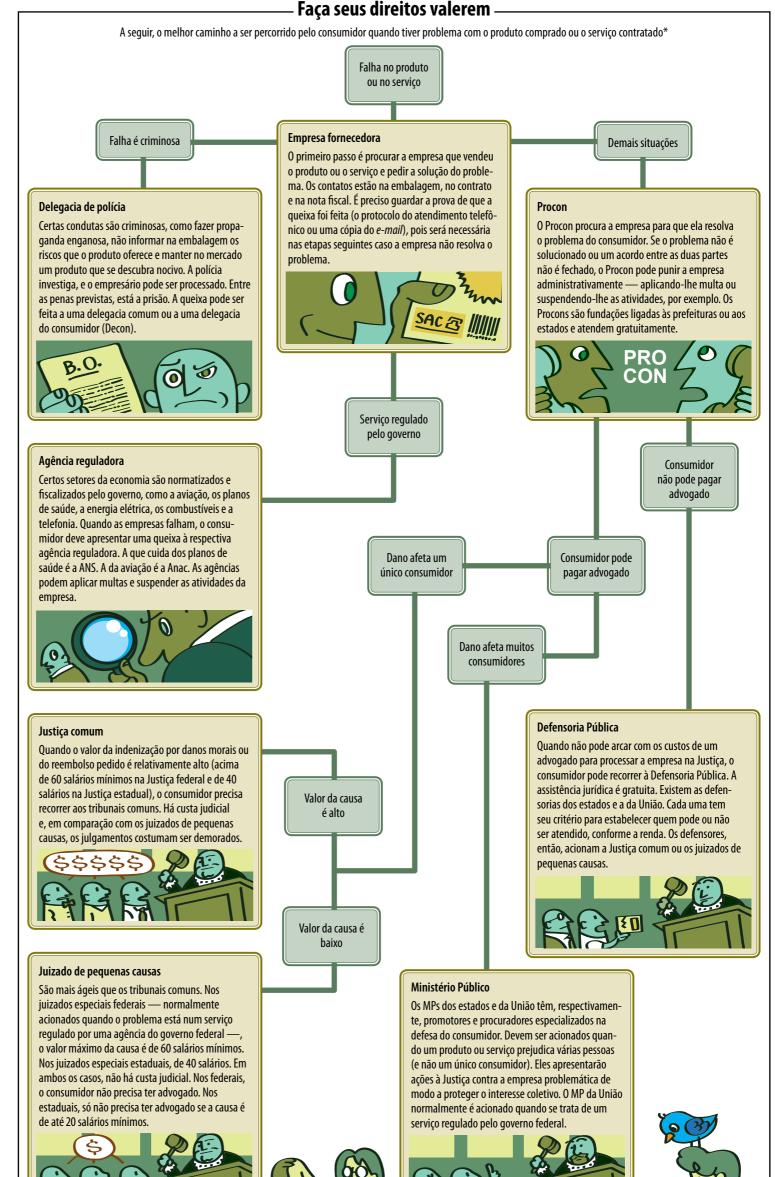
Ministério Público e a Justiça quando detectam problemas que afetam um grande

número de pessoas e pressionam o governo para que aprove leis e crie políticas de

* Esse caminho é o recomendado. No entanto, nada impede que o consumidor busque primeiramente a Justiça, por exemplo.

Oferecem-lhes orientações sobre como fazer seus direitos valerem, acionam o

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.gov.br/jornal



Redes sociais

poder público contra as empresas.

O consumidor pode queixar-se publicamente de um produto ou serviço por meio

das redes sociais. Temendo a repercussão do problema na internet, algumas empresas buscam resolver a situação prontamente. A questão é que essas

reclamações não são contabilizadas pelos Procons, impedindo uma atitude do